

**FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORA/ES E EDUCAÇÃO DAS
RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS: EPISTEMOLOGIAS NEGRAS E INDÍGENAS EM
MOVIMENTO****Fátima Regina Almeida de Freitas¹**¹UFG, PUC Goiás/ fatimareginaalmeida@gmail.com**Resumo**

As Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, criam a obrigatoriedade de que as histórias e culturas afro-brasileira e indígena sejam abordadas na educação básica, em todo o currículo escolar. A implementação das mesmas vem como uma ação afirmativa que busca romper como o racismo histórico com relação a essas populações, que sofreram (e sofrem) com o genocídio, epistemicídio e que tem suas histórias, memórias e identidades invisibilizadas e/ou subalternizadas na sociedade em geral, e no ambiente escolar em particular. Para produzir mudanças é necessário que haja formação continuada de profissionais da educação sobre educação das relações étnico-raciais. Aqui busco refletir sobre algumas ações realizadas pelo Proafro, Programa de Estudos e Extensão Afro-brasileiro, da PUC Goiás, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, nesse sentido. Destaco as edições do Seminário de Literatura Infantil e Educação para as Relações Étnico-Raciais, como uma ação que busca ensinar/aprender sobre as literaturas infanto-juvenis negras e indígenas, em diálogo com os valores civilizatórios afro-brasileiros e indígenas, para levar essas epistemologias para as escolas.

Palavras-chave: Educação das relações étnico-raciais. Formação de professores. Epistemologias negras e indígenas

Introdução

As Leis Federais nº 10.639/2003 (Brasil, 2003) e nº 11.645/2008 (Brasil, 2008), criam a obrigatoriedade de que as histórias e culturas afro-brasileira e indígena sejam abordadas na educação básica, em todo o currículo escolar. A primeira trata da inclusão da história e cultura africana e afro-brasileira, e foi atualizada pela segunda para incluir também a história e culturas indígenas.

Importante citar que em seu artigo 1º a lei nº 11.645/2008 indica o conteúdo programático a ser abordado, de forma a destacar a diversidade das culturas indígenas, africanas e afro-brasileiras e o protagonismo destas populações. O que cria a demanda por formação inicial e continuada de profissionais da educação, afinal não é possível ensinar conhecimentos que não aprendemos.

A implementação dessas leis vem de uma ação afirmativa que busca romper com o racismo histórico com relação a essas populações, que sofreram (e sofrem) com o genocídio,

epistemicídio e que tem suas histórias, memórias e identidades invisibilizadas e/ou subalternizadas na sociedade em geral, e no ambiente escolar em particular.

Para provocar essa transformação no cotidiano escolar devem ser realizadas ações efetivas que abordem a cultura e história africana, afro-brasileira e indígena em todo o calendário escolar, com o objetivo de promover práticas antirracistas, já que a escola, segundo a pesquisadora Nilma Lino Gomes

pode atuar tanto na reprodução de estereótipos sobre o negro, o corpo e o cabelo, quanto na superação dos mesmos (...) na escola, não só aprendemos a reproduzir as representações negativas sobre o cabelo crespo e o corpo negro; podemos também aprender a superá-las. Para isso, elas terão que ser consideradas temáticas merecedoras de um lugar em nosso currículo e em nossas discussões pedagógicas. (Gomes, 2012, p. 50)

Assim é fundamental a formação continuada, pois muita/os professora/es que atuam em sala de aula se formaram antes da existência da Lei federal nº 10.639/2003, e sabemos que mesmo a sua promulgação não garante a inserção da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) nas matrizes curriculares dos cursos de graduação, e ainda que esse debate aconteça há muitos limites e lacunas.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Brasil, 2004) em seu terceiro princípio, trata das ações educativas de combate ao racismo e as discriminações, afirmando a necessidade de que exista o

Apoio sistemático aos professores para elaboração de planos, projetos, seleção de conteúdos e métodos de ensino, cujo foco seja a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana e a Educação das Relações Étnico-Raciais. (p. 23)

Pensando nesse apoio o governo federal ofertou diversos cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização em parceria com universidades brasileiras. Na Universidade Federal de Goiás, por exemplo, foram ofertadas as seguintes formações: História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (especialização); Educação para as Relações Étnico-raciais (extensão e aperfeiçoamento); Educação Quilombola (extensão e aperfeiçoamento); África em Arte-Educação: Construção de Objetos Pedagógicos (extensão), e mais recentemente História, Cultura Africana e Afro-brasileira e Educação das Relações Étnico-raciais. (CIAR, 2023)

Esses cursos são fundamentais para subsidiar que as leis 10.639/2003 e 11.645/2008 entrem em ação, para sensibilizar as/os professoras/es a levar esses debates para a sala de aula, assim como as formações realizadas pela Secretaria Municipal de Educação (SME) de Goiânia.

Ações formativas sobre EREER ofertadas pela SME

No âmbito municipal esse apoio sistemático para implementação das leis federais nº 10.630/2003 e nº 11.645/2008 tem sido realizado pela SME de Goiânia, via Centro de Formação de Profissionais da Educação, hoje Gerência de Formação dos Profissionais (GERFOR/SME), que tem efetivado diversas ações formativas sobre EREER, desde o ano de 2002. No artigo intitulado *Educação para as relações étnico-raciais: A experiência da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia* (Gomes e Guimarães, 2013), Marilene Gomes e Warlúcia Guimarães então professoras da Rede Municipal de Educação e atuantes nestas formações, trazem uma reflexão sobre as ações realizadas entre os anos de 2005 e 2012.

Uma das conclusões indicadas pelas autoras é em relação aos desafios e limites para a implementação das leis no município. Esses se referem tanto a limitação de recursos, quanto a formação inicial de profissionais da educação, passando também pela visão de professora/es e gestora/es. Elas afirmam que

Ainda há muitos desafios a serem superados, entre os quais: a predominância da concepção de currículo e práticas educativas fundamentada sem uma visão linear e eurocêntrica de conteúdos de ensino; os limites da formação inicial de professores que prima pela ausência de discussões sobre racismo, currículo e práticas educativas; a desarticulação e descontinuidade de políticas dentro da própria gestão do MEC e da SEPIR; a limitação de recursos financeiros para aquisição de material didático e formação sistemática de todos os profissionais da educação, e a naturalização de uma ideia de “democracia racial” no Brasil, aceita e defendida por muitos professores e gestores da RME. (Gomes e Guimarães, 2013, p. 508)

Em artigo mais recente, uma das autoras, Warlúcia Guimarães (2023) traz uma atualização das ações formativas ofertadas pela SME entre os anos de 2012 a 2022, que totalizam “trinta e uma ações formativas entre seminários, cursos e grupos de trabalho e estudo” (p. 308)

Um destaque importante no artigo é de que essas formações continuadas “abordam tanto os aspectos legais, normativos e teóricos, como as metodologias (práticas de ensino)” (Guimarães, 2023, p. 312), isso é relevante, pois uma das lacunas apontada por Ferreira (2019), em estudo realizado sobre EREER nos currículos de cursos de graduação em pedagogia no Rio de Janeiro, é que as disciplinas específicas de EREER não estavam conseguindo alcançar a dimensão da prática em sala de aula. Outro ponto levantado por Guimarães (2023) é que o trabalho com as literaturas (especialmente as infanto-juvenis) tem se mostrado promissor. O artigo traz ainda alguns desafios a serem enfrentados, são eles:

ampliar o estudo de EREER para todos os componentes curriculares, sendo

incluído de fato nos estudos realizados, na perspectiva de romper com o etnocentrismo presente no currículo de nossas instituições; incluir a educação para as relações étnico-raciais no cotidiano escolar, combatendo discriminações e preconceitos; garantir que os profissionais da instituição participem de cursos no âmbito das Leis 10.639/03 e 11.645/08. (Guimarães, 2023, p. 312)

A SME tem buscado ofertar esses cursos para sensibilizar profissionais da educação e potencializar a EREER. Comparando com as ações listadas no artigo anterior (Gomes e Guimarães, 2013) notamos um significativo aumento de ações formativas realizadas após o ano de 2013, dentre os motivos apontados por Guimarães (2023) está as parcerias firmadas. Dentre os parceiros podemos apontar a PUC Goiás, instituição na qual trabalho, e por isso estive envolvida nessas ações/formações desde o ano de 2018.

Ações de formação continuada em parceria com o Proafro/PUC Goiás

Na PUC Goiás essa parceria foi firmada diretamente com o Proafro, Programa de Estudos e Extensão Afro-brasileiro, que foi “criado em 20 de novembro de 1982, com o nome de Centro de Estudos África Brasil (CEAB) e iniciou suas atividades em março de 1983¹” (PUC Goiás, 2017, p. 12). O surgimento do CEAB não foi isolado, pois nos anos de 1980 e 1990 surgiram diversos “Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (ou correlatos) voltados para os estudos do racismo e das relações raciais” (Ratts, 2009, p. 06) no Brasil. Posteriormente

Esse processo se amplia com a criação de mais NEABs e grupos correlatos, voltados agora para as Ações Afirmativas e culmina em 2000 com a formação da ABPN (Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as) ao final do I Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros (Recife, UFPE, 2000) e de coletivos de estudantes negros/as em diversas universidades brasileiras. (Ratts, 2009, p. 07)

Atualmente temos o Consórcio Nacional de Núcleos de Estudos Afro-brasileiros (CONNEABS)² dentro da ABPN, organizado em regionais³. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Brasil, 2004) já previam a participação das instituições de ensino superior e dos NEABs na implementação da lei federal nº 10.639/2003, quando levanta a necessidade de que seja realizado o

Mapeamento e divulgação de experiências pedagógicas de escolas,

¹ Desde 2017 o Proafro integra (junto com dois outros programas de extensão) o Programa de Direitos Humanos e realizamos ações conjuntas.

² A lista com todos os NEABs pode ser acessada aqui: <https://abpn.org.br/conneabs-2/>

³ Mais recentemente o VI Congresso de Pesquisadores/as Negra/os – Centro-Oeste (COPENECO), aconteceu entre os dias, 21 a 23 de março, em Goiânia. O evento foi sediado na UFG. As informações estão disponíveis aqui: <https://www.copenecentrooeste2023.abpn.org.br/>

estabelecimentos de ensino superior, secretarias de educação, assim como levantamento das principais dúvidas e dificuldades dos professores em relação ao trabalho com a questão racial na escola e encaminhamento de medidas para resolvê-las, feitos pela administração dos sistemas de ensino e por Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (p. 23)

Dentre os objetivos do Proafro, um dialoga diretamente com essa indicação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Brasil, 2004), e que subsidia as ações que realizamos com a SME é

Apoiar e acompanhar ações que favoreçam a implementação da Lei Federal nº 10.639/03, especialmente por meio da contribuição na formação inicial e de professoras/es realizada na PUC Goiás e na formação continuada dessas/es profissionais nas redes públicas e instituições particulares de ensino que ofertam educação básica (PUC Goiás, 2017, p. 12).

Desde 2020 essas ações são pautadas em termos de cooperação técnica assinados pelas partes, com duração de dois anos. O termo vigente termina em 2026, quando deverá ser assinado um novo. Abaixo listo os cursos em que estive envolvida, realizados entre 2018 e 2022, incluindo a carga horária de cada um e o número de vagas ofertadas.

Tabela 1. Cursos de formação continuada de profissionais da educação sobre ERER, realizadas pelo Proafro/PDH/PUC Goiás em parceria com a GERFOR/SME

| Ano | Ação formativa | Carga horária | Vagas |
|------|---|---------------|-------|
| 2018 | Curso de extensão Tertúlia Literária - diálogos com escritoras africanas e afro-brasileiras | 40h | 30 |
| 2019 | Curso de extensão Literatura Infantil e Educação para Relações Étnico-raciais: Caminhos Teóricos, Experiências e Vivências | 60h | 40 |
| 2022 | Curso de extensão Literatura Infantil e Educação para as Relações Étnico-raciais: caminhos teóricos, experiências e vivências (2ª edição) | 60h | 100 |

Fonte: Reorganizado a partir de Freitas et al, 2023

Podemos notar que dentro desse período realizamos cursos de extensão que tiveram como foco as literaturas africanas, afro-brasileiras e indígenas. Os cursos de extensão Tertúlia Literária - diálogos com escritoras africanas e afro-brasileiras (2018) e Literatura Infantil e Educação para Relações Étnico-raciais: Caminhos Teóricos, Experiências e Vivências (2019) foram realizados presencialmente, enquanto a seguinte edição desse curso (realizado em 2022) foi online, com encontros síncronos e atividades assíncronas, realizadas na plataforma Moodle da SME, pois ainda estávamos vivendo um retorno gradual após a pandemia do COVID-19.

Importante mencionar que nos anos de 2020 e 2021 foram ofertadas formações mas não em parceria com a SME, pois todos estávamos vivendo um período muito delicado, especialmente as escolas que precisaram se reinventar buscando formas de continuar suas atividades (mesmo a distância), e garantir um aprendizado significativo para as/os estudantes. No artigo intitulado *Extensão universitária, literaturas negras e formação de professora/es* (Freitas, 2021b), trago um breve relato de experiência do curso de extensão Diversidade cultural, educação antirracista e literatura afro-brasileira infanto-juvenil, realizado no ano de 2020.

Uma dimensão importante que conseguimos alcançar na última edição do curso de extensão Literatura Infantil e Educação para as Relações Étnico-raciais: caminhos teóricos, experiências e vivências (2022) foi colocar a/o professor/a para pensar sobre sua própria origem e identidade étnico-racial, a partir do resgate de sua árvore genealógica. Três professora/es-formadora/es da SME e eu fomos responsáveis por planejar, organizar e ministrar o curso, são ela/es: Warlúcia Pereira Guimarães, Humberto Moreira Barros Filho e Inez Maria Milhome Viana. Fizemos um relato de experiência detalhado sobre o curso no artigo foi intitulado *Extensão universitária: experiências da PUC/GOIÁS e SME de Goiânia na formação continuada para a implementação da Lei Federal nº 11.645/2008* (Freitas et al, 2023)

Importante informar que no dia 10 de novembro de 2022 foi instituído o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas - NEABI na SME, de Goiânia, pela Portaria nº 352. (Goiânia, 2022) O trabalho do NEABI deve ser realizado em 6 eixos, o eixo 2 é denominado Política de formação dos gestores e profissionais de educação, e apresenta como meta

Proporcionar a todos os profissionais da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia, nos próximos quatro anos, em diferentes cargos e funções, formação continuada em Rede, de combate ao racismo histórico e cultural da sociedade brasileira, com vista à implementação das Leis n 10.639/03 e 11.645/08. (p. 21)

Os Seminários de Literatura Infantil e Educação para as Relações Étnico-raciais

Desde 2022 realizamos também o Seminário de Literatura Infantil e Educação para as Relações Étnico-raciais, que já contou com 4 edições, e temos mais 2 previstas para os próximos meses. Nos cursos de extensão dialogamos com base nas literaturas negras e indígenas enquanto que nos seminários⁴ dialogamos com pesquisadora/es e escritores/as dessas literaturas, mas também dos valores afro-brasileiros e dos saberes indígenas.

⁴ As gravações estão disponíveis no canal do Youtube da GERFOR-SME, link <https://www.youtube.com/@gerfor-sme-goiania>.

Importante pontuar aqui que compreendo como literaturas negras as literaturas elaboradas por pessoas negras, ou seja, estou levando em consideração a autodeclaração étnico-racial da/o autor/a, e não apenas a temática abordada. A pesquisadora Eliane Debus aborda o conceito de “literatura de temática africana e afro-brasileira” (Debus, 2017) para qualquer literatura que trata do tema, mas que não necessariamente seja produzida por pessoas negras. Portanto as intituladas literaturas indígenas, também partem da autodeclaração étnico-racial da/o autor/a. Julgamos relevante trazer intelectuais negra/os (e indígenas) para conhecimento e assim contribuir para romper com o epistemicídio, por isso nos centramos nessas literaturas. Listo abaixo a/os palestrantes que estiveram conosco nesses eventos.

Tabela 2. Edições do Seminário de Literatura Infantil e Educação para as Relações Étnico-raciais, com temas e palestrantes

| Ano | Evento | Tema | Palestrantes |
|------|---|---|--|
| 2022 | I Seminário de Literatura Infantil e Educação para as Relações Étnico-raciais | Educação para as Relações Étnico-Raciais e Literatura: Diálogos Necessários | Marcilene Pelegrine Gomes |
| | | Letramento Racial Crítico | Tânia Ferreira Rezende |
| | | Valores Civilizatórios Afro-brasileiros e a Trajetória de Azoilda Trindade | Gisele Rose da Silva |
| | | História, resistência e literatura indígena | Edson Machado de Brito Kayapó |
| 2022 | II Seminário de Literatura Infantil e Educação para as Relações Étnico-raciais | Educação Indígena e Saberes Ancestrais | Eunice Pirkodi Tapuia |
| | | | Bruno Ferreira Kaingang |
| | | | Sinvaldo Wahuká Karajá |
| 2023 | III Seminário de Literatura Infantil e Educação para as Relações Étnico-raciais | Literatura Indígena na constituição da Infância Brasileira | Kamuu Dan Wapichana (Olavo Batista da Silva) |
| | | | Heliene Rosa da Costa |
| | | | Márcia Kambeba |
| 2023 | IV Seminário de Literatura Infantil e Educação para as Relações Étnico-raciais | Literatura Negra na constituição da Infância Brasileira | Andresa Cristina Silva Moreno |
| | | | Thais Regina de Carvalho |
| | | | Zanza Gomes |

Fonte: Construído pela autora.

Esses seminários são, portanto uma continuidade das ações que partem das literaturas de autoria negra e indígena, iniciado a partir de 2018, mais especificamente com as literaturas infanto-juvenis, pois buscamos alcançar especificamente profissionais da educação da RME, que atendem essa faixa etária, embora o evento seja aberto a toda a comunidade, e que por ter transmissão online consegue alcançar pessoas que se encontram em outros contextos, cidades, estados e países. O fato de o evento ficar gravado no canal do Youtube faz com que continue

alcançando pessoas, mesmo após 2 anos de sua primeira transmissão, e continua a reverberar⁵.

Escritores indígenas como Edson Kayapó, Kamuu Dan Wapichanana e Márcia Kambeba dialogaram a partir das literaturas infanto-juvenis que produzem e sobre educação, tanto a educação tradicional indígena nas aldeias, quanto as possibilidades de que essa discussão chegue às escolas não-indígenas. Intelectuais e professores indígenas como Eunice Tapuia. Sinvaldo Karajá e Bruno Kaingang apresentaram sobre como os valores ancestrais indígenas podem contribuir para a transformação da sociedade, e das escolas.

Escritoras como Zanza Gomes e Andresa Moreno discorreram sobre seus livros de literatura infanto-juvenil (já publicados e no prelo, respectivamente) que dialogam diretamente com saberes advindos do continente africano. Assim como as professoras Marcilene Gomes e Tânia Rezende nos ajudam a compreender a relação entre EREER e as literaturas. A professora Gisele Rose da Silva nos trouxe a trajetória intelectual de Azoilda Trindade, assim como os valores civilizatórios afro-brasileiros sistematizados por ela.

A educadora Azoilda Trindade (2005) define os valores civilizatórios afro-brasileiros, como “princípios e normas que corporificam um conjunto de aspectos e características existenciais, espirituais, intelectuais e materiais, objetivas e subjetivas, que se constituíram e se constituem num processo histórico, social e cultural”. (Trindade, 2005, p. 30-31) São eles: ancestralidade, circularidade, cooperativismo/comunitarismo, corporeidade, energia vital, oralidade, ludicidade, memória, musicalidade e religiosidade. (Trindade e Brandão, 2006)

Já o antropólogo Gersem Baniwa (2013, 2021a, 2021b) tem abordado os valores ancestrais indígenas como: amor à tradição, à história própria, ancestralidade, respeito e valorização aos mais velhos, valorização das crianças, Interdependência, organicidade, espírito coletivo/comunitário, amor à natureza, amor a si próprio, amor ao outro, resiliência, complementaridade, e a contribuição desses valores para a mudança nas escolas e na sociedade. Esses valores dialogam com os anteriores e podemos notar aproximações entre eles, dentro do conceito de “povos afropindorâmicos” (Santos, 2015, p. 38), indicado pelo saudoso intelectual quilombola Antônio Bispo dos Santos, não no sentido de homogeneizar estas sociedades/comunidades, mas no sentido de pensar sobre pontos de contato/conexão entre as mesmas.

Em publicações anteriores tenho buscado problematizar sobre como esses valores

⁵ A transmissão da primeira palestra do I Seminário de Literatura Infantil e Educação para as Relações Étnico-raciais aconteceu dia 03 de fevereiro de 2022 e até hoje (14/09/2024) já teve mais de mil visualizações. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CLqUK7dsUwY&t=1542s>.

podem incidir na formação de professoras/es e no cotidiano escolar (Freitas, 2022), especialmente em diálogo com as literaturas infanto-juvenis (Freitas, 2021a e 2021b) negras e indígenas, e com os jogos e brincadeiras. (Freitas, 2024)

Os seminários continuam e nos próximos meses realizaremos mais 2 edições. No dia 19 de setembro o VI Seminário Literatura Infantil e Educação das Relações Étnico-Raciais terá como tema Literatura e migração, teremos as pesquisadoras Cláudia Cavalcante e Antônia Ribeiro. E no dia 31 de outubro realizaremos a VI edição que tratará das Infâncias quilombolas, e teremos como palestrantes Tales de Lima e Edimaci Leite, quilombolas, professoras/es e pesquisadoras/es das áreas de história e educação.

Considerações finais

Busquei compartilhar aqui uma reflexão sobre formação continuada e Educação das Relações Étnico-Raciais, a partir de ações que temos realizado no Proafro, Programa de Estudos e Extensão Afro-brasileiro, na PUC Goiás. Essas ações não seriam possíveis sem uma parceria forte com a SME, e sem a participação de cada profissional da educação que escolhe realizar nossos cursos e aprender/ensinar sobre epistemologias negras e indígenas.

O estudo das literaturas negras e indígenas, nesses cursos de formação e seminários, podem oportunizar que as/os profissionais da educação aprendam sobre a história e culturas afro-brasileiras e indígenas, assim como sobre os valores afro-brasileiros e saberes indígenas. Essa sensibilização pode fazê-las/os ampliar seu entendimento sobre os impactos do racismo, repensar sobre seus privilégios advindo da branquitude e buscar formas de se responsabilização para que produzam mudanças no cotidiano escolar.

Referências

BANIWA, Gersem Luciano. **Educação para manejo do mundo: entre a escola ideal e a escola real no Alto Rio Negro**. Rio de Janeiro: Contra Capa; Laced, 2013.

_____. A pedagogia da resiliência indígena em tempos de pandemia. **Revista de Educação Pública**, v.30, p. 1-17, jan/dez, 2021b. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/12919/8476> Acesso em 19 de outubro de 2024.

_____. Saberes Indígenas UFRGS. Quais os caminhos para escola sonhada? **Youtube**, 13 de março de 2021a. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=-YBst5erF_U Acesso em 19 de outubro de 2024.

BRASIL. Ministério de Educação. **Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.639.htm. Acesso em: 19 de outubro de 2024

_____. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2004. Disponível em <https://editalequidaderacial.ceert.org.br/pdf/diretrizes.pdf> Acesso em 19 de outubro de 2024.

_____. Ministério de Educação. **Lei nº 11.645/2008**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11645.htm Acesso em 19 de outubro de 2024.

CIAR/UFG. **Centro Integrado de Aprendizagem em Rede da Universidade Federal de Goiás**. Goiânia, 2023. Disponível em: <https://ciar.ufg.br/> Acesso em 02 de outubro de 2023.

DEBUS, Eliane. **A temática da cultura africana e afro-brasileira na literatura para criança e jovens: lendo Joel Rufino dos Santos, Rogério Andrade Barbosa, Júlio Emílio Brás, Georgina Martins**. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 2017.

FERREIRA, Verônica Moraes. **A questão étnico-racial na formação de professores: análise de currículos**. Rio de Janeiro: Pallas, 2019.

FREITAS, Fátima Regina Almeida de. Valores civilizatórios indígenas para desentortar as escolas brasileiras. **Anais da 23ª JELL**. Jornada de Estudos Literários, 24 a 26 de novembro de 2021a. Marechal Cândido Rondon (PR): UNIOESTE, 2021a. Disponível em: <https://server2.midas.unioeste.br/sgev/eventos/23jell/anais> Acesso em 19 de outubro de 2024.

_____. Extensão universitária, literaturas negras e formação de professora/es. **Anais do III Congresso Internacional e V Congresso Nacional Movimentos Sociais & Educação: A busca da unidade na Universidade**. Vitória da Conquista-BA: UESB, 2021b. Disponível em: <http://anais.uesb.br/index.php/cicnmse/article/viewFile/10203/10005> Acesso em 19 de outubro de 2024.

_____. Antropologia, educação para às relações étnico-raciais e valores civilizatórios ancestrais afro-brasileiros e indígenas na formação docente. **Anais da 33ª Reunião Brasileira de Antropologia**, 28 de agosto a 03 de setembro de 2022. Curitiba, Universidade Federal do Paraná. Disponível em: http://www.portal.abant.org.br/evento/rba/33RBA/files/1661380358_ARQUIVO_7472f2845d86ae16ddcbdb126b6bc5af.pdf. Acesso em 19 de outubro de 2024.

_____. Jogos e brincadeiras africanas como possibilidade para a construção de uma educação antirracista. **Anais do II Simpósio Internacional Multidisciplinar das Humanidades Brasil/Moçambique**, 06 a 09 de setembro de 2024, Rio Branco, Universidade Federal do Acre. No prelo.

FREITAS, Fátima; BARROS FILHO, Humberto; VIANA, Inez e GUIMARÃES, Warlúcia. Extensão universitária: experiências da PUC/GOIÁS e SME de Goiânia na formação continuada para a implementação da Lei Federal nº 11.645/2008. **Revista Nanduty**, Campo Grande, 11(18), 122–143, 2023. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/nanduty/article/view/17893> Acesso em 19 de outubro

de 2024.

Goiânia. Secretaria Municipal de Educação. **Portaria n 352, de 10 e novembro de 2022.**

Disponível em:

https://www.goiania.go.gov.br/Download/legislacao/diariooficial/2022/do_20221111_000007922.pdf Acesso em 19 de outubro de 2024

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos.

Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, p. 98-109, Jan/Abr 2012. Disponível em:<

http://www.apeoesp.org.br/sistema/ck/files/5_Gomes_N%20L_Rel_etnico_raciais_educ%20e%20descolonizacao%20do%20curriculo.pdf. Acesso em 19 de outubro de 2024.

GOMES, Marcilene Pelegrine e GUIMARÃES, Warlúcia Pereira. Educação para relações

étnico-raciais: A experiência da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia. **Revista**

Retratos da Escola, Brasília, v. 7, n. 13, p. 499-511, jul/dez. 2013. Disponível em:

<https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/321/491> . Acesso em 19 de outubro de 2024.

GUIMARÃES, Warlúcia Pereira. **A implementação de uma educação antirracista na SME**

de Goiânia: possibilidades e desafios. In: GOMES, Marcilene Pelegrine; ALMEIDA,

Renato Barros de; MOHN, Rodrigo Fideles Fernandes (orgs). Crise social, sanitária e política:

que finalidades educativas e didáticas para a escola? Goiânia: Ed. da PUC Goiás, 2023, p.

302-316.

PUC Goiás. **Projeto Pedagógico do Programa de Estudos e Extensão Afro-Brasileiro.**

Goiânia, 2017.

RATTS, Alex. **Encruzilhadas por todo percurso: individualidade e coletividade no**

movimento negro de base acadêmica. In: PEREIRA, Amauri Mendes; SILVA, Joselina da.

(Org.). Movimento Negro Brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social

no Brasil. Belo Horizonte-MG: Nandyala, 2009, v. 1, p. 81-108.

SANTOS, Antônio Bispo. **Colonização, Quilombo: modos e significados**. Brasília: INCTI;

UnB; INCT; CNPq; MCTI, 2015.

TRINDADE, Azoilda e BRANDÃO, Ana Paula (org.). **Modos de ver: Caderno de saberes,**

fazer e atividades. Projeto A Cor da Cultura. Rio de Janeiro: Fundação Roberto

Marinho, 2006. Disponível em: [https://www.geledes.org.br/wp-](https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2011/06/Caderno1_ModosDeVer.pdf)

[content/uploads/2011/06/Caderno1_ModosDeVer.pdf](https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2011/06/Caderno1_ModosDeVer.pdf) . Acesso em 19 de outubro de 2024.

TRINDADE, Azoilda Loretto da. **Valores afro-brasileiros na educação**. Rio de Janeiro: TV

Escola /MEC, 2005. Disponível em: [https://culturamess.wordpress.com/wp-](https://culturamess.wordpress.com/wp-content/uploads/2012/01/valoresafrobrasileiros.pdf)

[content/uploads/2012/01/valoresafrobrasileiros.pdf](https://culturamess.wordpress.com/wp-content/uploads/2012/01/valoresafrobrasileiros.pdf) Acesso em 19 de outubro de 2024.